



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2017

Ano 42 – Nº 231

Foto: João Laet

Frei Henri: para sempre presente na luta do povo!

Pág.: 7



Foto: CPT Nacional



*Encontro Nacional de Formação:
o bem viver e as experiências dos
povos do campo*

Pág.: 4

EDITORIAL

Finda mais um ano. E que ano!!!

Quando estávamos encerrando esta edição, fomos surpreendidos com a notícia do falecimento de Frei Henri des Roziers, no começo da tarde parisiense do domingo, 26 de outubro.

Há quatro anos Frei Henri estava na França devido a problemas de saúde que o impediam de andar, mas continuava acompanhando o que acontecia pelo mundo e sobretudo no Brasil, sua pátria de adoção, onde chegou há quase 40 anos. A região Sul do Pará, onde desenvolveu sua ação durante muitos anos, merecia atenção especial. Aninha, sua companheira de equipe por longos anos, em Xinguara (PA), que o visitara poucos dias antes de sua morte, nos conta que “ele se interessava em saber sobre a caminhada das comunidades, as lutas dos lavradores/as, a CPT, a Diocese de Conceição do Araguaia. Queria saber detalhes, do andamento dos processos da terra, da luta contra o trabalho escravo, e da situação envolvendo as lideranças em situação de risco”. E as irmãs Bia e Mada, agentes da CPT no Tocantins, que o visitaram em agosto: “Incrível e tocante o quanto a sua vida toda ficou marcada pelo povo brasileiro! Coragem, audácia e alegria para seguir na luta em favor da Vida dos mais pobres, são os sentimentos que levamos desta visita inesquecível”.

Frei Henri marcou a CPT e o povo do campo pela sua luta incansável na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e na busca determinada da justiça.

Estamos chegando ao fim de mais um ano. E que ano!!!

O mar de lama que soterrou Bento Rodrigues e invadiu todo o Vale do Rio Doce no rompimento da barragem da Samarco, há dois anos, é bem menor que o mar de lama que escorre cotidianamente de Brasília, e de outros antros de poder nos estados. É lama disfarçada de malas de dinheiro, de continuadas formas de propinas, de negação de autorização para a justiça investigar denúncias muito bem fundamentadas contra figuras do mundo político, inclusive o presidente da república. É lama travestida de leis que limitam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados; de projetos que atacam os poucos direitos que índios e quilombolas e outras comunidades tradicionais conquistaram jogando-os ao lixo, em nome de um pretenso desenvolvimento que só chega a um mínimo de privilegiados.

O resultado disso ficou estampado nos trágicos números da violência contra os trabalhadores do campo na história deste ano com a sequência de massacres - Colniza (MT), Pau d'Arco (PA), Índios Gamela (MA), Lençóis (BA), Vilhena (RO) - e com o conseqüente aumento de assassinatos.

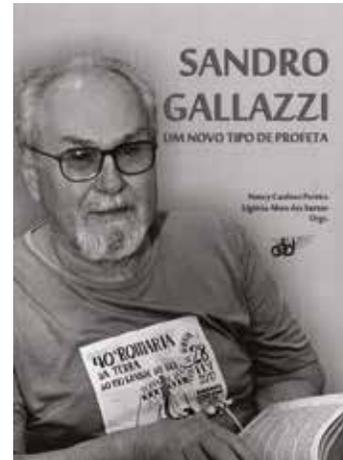
O pior de tudo é que esse mar de lama que escorre dos altos escalões, acaba soterrando sonhos e vontade de lutar. Daí a inércia que se sente diante de tantos descabros.

Mas, debaixo desta lama toda pulsa uma vida que quer vir à tona como se vê nesta edição do Pastoral da Terra. São as Romarias que se sucederam Brasil a fora proclamando o direito dos pobres, são os encontros que buscam os caminhos de uma política alicerçada no Bem Viver de todas as pessoas e em suas relações com o conjunto da natureza. É a Missão que apoia e visibiliza a luta dos que estão submetidos a graves situações de injustiça. Está na proclamação dos direitos da natureza no Cerrado, na defesa das águas retiradas para o enriquecimento de alguns, deixando milhares sob a insegurança de ter que conviver com sua falta.

É na força da vida que pulsa debaixo do mar de lama que tenta soterrar toda a nação, que o Pastoral da Terra acredita e, por isso, nos convida a celebrar este Natal.



Sandro Gallazzi: Um novo tipo de profeta



Uma biografia não oficial, contada de uma forma não cronológica e não linear, baseada na vida de Sandro Gallazzi: este é o livro organizado por Nancy Cardoso Pereira e Ligéria Alves dos Santos e publicado pelo Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), como uma homenagem a ele que completou seus 71 anos de vida. “Sandro Gallazzi: Um novo tipo de profeta” reúne depoimentos, cartas de amizade, narrativas de vida e textos de reflexão bíblica, escritos por diversas pessoas inspiradas na vida e na obra do italiano. O teólogo Marcelo Barros, que prefacia o livro, intitula

Sandro como “anjo da CPT, do CEBI e dos Movimentos Populares” pelo pensamento, assessoria e entusiasmo que fornece a inúmeros grupos na luta pela justiça e pela igualdade social. A publicação está disponível para aquisição na livraria virtual do CEBI: cebi.org.br/produto/sandro-gallazzi.

Trabalho escravo contemporâneo: Estudos sobre ações e atores

“Trabalho escravo contemporâneo: Estudos sobre ações e atores” é uma contribuição acadêmica para o entendimento aprofundado sobre os fenômenos da migração e da escravização humana nos tempos atuais. Considerando o atual contexto de retrocessos nas políticas públicas brasileiras com relação a um tema que sempre esteve presente na história do país, os diversos autores assinam 22 capítulos divididos em quatro seções: migração, tráfico humano e trabalho escravo; ações e atores; políticas públicas e responsabilidade civil; conceito e método. Publicado pela Mauad Editora Ltda., o livro é apoiado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NE-PP-DH), pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH-UFRJ) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
João Damásio (Reg. Prof.: 003727/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br



30 anos depois: julgamento pela morte de Vicente Cañas

Foto: Cimi



Missionário jesuíta atuante na defesa dos indígenas Myky e Enawên-nawê desde a década de 1970, por eles batizado como Kiwxí, Vicente Cañas foi assassinado em abril de 1987 em razão de seu trabalho na garantia dos direitos dos povos originários. O acusado pelo agenciamento da morte foi condenado no dia 30 de novembro de 2017, mais de 30 anos depois do crime, pelo tribunal do júri, a 14 anos e 3 meses de reclusão.

A investigação já havia apontado que o delegado da Polícia Civil, Ronaldo Antônio Osmar, teria sido o mandante do crime junto a fazendeiros da região, incomodados com a forte atuação do jesuíta. Um primeiro julgamento ocorreu em 2006, 19 anos após o crime, quando o Tribunal do Júri Federal de Cuiabá absolveu o acusado.

Contudo, a condenação só veio

em um novo julgamento, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2017, por determinação do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, após recurso do Ministério Público Federal (MPF) solicitado no ano de 2015.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade que Cañas integrava, considera que a condenação e mesmo o retorno da acusação durante estes trinta anos é uma vitória que ajuda a combater a impunidade e a fortalecer a luta pelo direito dos indígenas e o trabalho dos missionários.

Durante um seminário em memória ao missionário, realizado em abril de 2017, ocasião exata dos 30 anos do crime, foi lançado o livro “Provocar rupturas, construir o Reino: memória, martírio e missão de Vicente Cañas” que narra a missão do mártir.

Atlas de Conflitos na Amazônia

Foto: João Damásio - CPT Nacional

A Amazônia tem destaque no aumento da violência e dos conflitos no campo no Brasil. De 61 assassinatos registrados em 2016, 48 ocorreram entre os nove estados que compõem a Amazônia Legal. Em 2017, este dado já foi superado.

Com este alerta, a Articulação das CPT's da Amazônia publicou o “Atlas de Conflitos na Amazônia”, lançado nacionalmente no dia 28 de setembro de 2017, no Centro Cultural Missionário em Brasília (DF), e regionalmente, junto de entidades parceiras, em Belém (PA) e em Manaus (AM). Outros lançamentos estão previstos com o objetivo de fomentar o debate e disseminar a publicação.

O Atlas apresenta o mapeamento



dos conflitos no campo na Amazônia, com levantamento de informações importantes para a atuação das Promotorias de Justiça agrárias, como os municípios onde eles estão localizados, nomes das comunidades, número de famílias impactadas, identidades (posseiros, sem-terra, indígenas, quilombolas) que disputam seus territórios, entre outras informações relevantes.

Rio Grande do Sul fortalece mobilizações contra o fechamento das escolas do campo

O Conselho Estadual de Educação (CEE), com o apoio da Articulação em Defesa da Educação do Campo, tem promovido audiências públicas com o objetivo de ouvir as comunidades escolares sobre a situação das escolas do campo a fim de criar diretrizes para a Educação Básica do Campo.

Já foram realizadas audiências públicas nos municípios de Erechim, na região do Alto Uruguai; Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre, na região metropolitana. Outras estão previstas para acontecer nas regiões da Campanha, das Missões, Sul e Central até abril de 2018.

A maior parte das manifestações expressou a preocupação da comunidade escolar em relação ao fechamento das instituições de ensino e exigiu o cumprimento da Lei 12.690/2014, que altera a Lei 9.394/1996 para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Foram dezenas de contribuições que expuseram situações semelhantes em diferentes localidades e que, sobretudo, reafirmaram a importância das escolas do campo para a sobrevivência e fortalecimento das comunidades (Fonte: MST).

Curso: Descolonizar a América Latina, o Caribe e a África

O Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP) promove o curso latino-americano para militantes cristãos com o tema “Descolonizar a América Latina, o Caribe e a África: utopia possível e tarefa urgente”, que será realizado nos dias 01 a 19 de maio de 2018.

Segundo a entidade, descolonizar a América Latina, Caribe e a África, hoje, é compreender a força avassaladora do imaginário simbólico e real do sistema econômico capitalista entre os povos, em especial, os mais pobres. Descolonizar, neste contexto, exige uma utopia capaz de os mover rumo à libertação e a um novo modo de viver e de conviver entre os hu-

manos e entre estes e a natureza. Requer acreditar em ações possíveis e concretizá-las.

Diante destes desafios, o curso oferece espaço para o estudo e aprofundamento com uma abordagem multidisciplinar, a partir de diferentes ângulos: econômico, político, social, cultural, ambiental, teológico e de gênero. Com base na metodologia da Educação Popular o curso favorece um intercâmbio pluricultural das experiências e sonhos dos participantes no campo teórico e de suas práticas políticas, sociais e culturais.

Informações sobre este e outros cursos da instituição podem ser consultados pelo site www.ceseep.org.br.

Resgate de trabalho escravo no Piauí

Foto: Ministério do Trabalho

Em ação de fiscalização coordenada pelo Ministério do Trabalho, realizada entre os dias 6 e 17 de novembro de 2017, o Grupo Móvel de fiscalização resgatou quatro trabalhadores em situação análoga à de escravo em uma fazenda na zona rural de Bom Princípio do Piauí (PI).

Os trabalhadores foram encontrados em situação degradante, em um anexo à residência central da propriedade, sem proteção contra o vento e o sol, e sem condições sanitárias adequadas. O local, que era de livre acesso para os animais criados na fazenda, servia ainda para o estoque de ferramentas e materiais diversos.

Além das fazendas na região de Bom Princípio do Piauí (PI), a ação de fiscalização também passou por fazendas do município de Granja (CE), resultando na regularização trabalhista de 12 trabalhadores e na lavratura de 26 autos de infração. As principais irregularidades encontradas nas propriedades foram: a manutenção de



empregados sem registro e anotação em carteira de trabalho, a não realização de exames admissionais e o não fornecimento de equipamentos de proteção individual.

Além do Ministério do Trabalho, participaram da ação o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e a Polícia Federal. A Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da CPT tem denunciado que ações como estas tem sido cada vez menos frequentes, diante de reduções orçamentárias e mudanças na legislação. (Com informações e foto do Ministério do Trabalho).

FORMAÇÃO

Encontro da CPT discute conjuntura política e bem viver, com os povos originários do Brasil e da América Latina

Agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de todo o Brasil, reunidos em Brasília entre 18 e 21 de outubro, discutiram a conjuntura política nacional e internacional, o bem-viver e o decolonialismo.

CRISTIANE PASSOS E
ELVIS MARQUES*

Assessorados inicialmente pelo professor de ciência política da Unisinos, Bruno Lima Rocha, os agentes da CPT puderam debater o processo histórico da ideologia política da nossa sociedade, e como ele contribuiu na construção do cenário atual com essa onda reacionária, impulsionada pelo golpe que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

De acordo com o professor, o Brasil tem uma alma de direita muito alinhada com os EUA. “Temos um flerte com as empresas neopentecostais e uma extrema direita equivocada, que não organiza massas, mas que defende, por exemplo, a herança da linha dura da ditadura militar. Politicamente estavam mortos, mas socialmente não”.

Bruno analisou também que o Brasil não possui um plano estratégico. Nunca possuiu. E o modelo de desenvolvimento que ele foi conquistando ao longo dos anos, inclusive o tecnológico, foi o eurocêntrico, mesmo no governo de esquerda. “Isso é o que Jessé de Souza chamou de racismo de classe. É o racismo brasileiro, e é o racismo assumido pela extrema direita, herança ibérica, que não respeita e não leva em consideração os saberes tradicionais dos povos originários, por exemplo”. Para o professor, a ideia de decolonialismo da América Latina é tão profunda quanto a luta de classes.

Experiências de bem viver

Os regionais da CPT puderam partilhar experiências que vivenciaram junto às comunidades que acompanham, que trazem o bem-viver como eixo central. O estreitamento de laços, a afetividade e a solidariedade são alguns dos elementos da experiência de bem viver apresentada por Vanúbia Martins, agente da CPT na Paraíba. A Equipe da Pastoral no estado observou, em contato com as comunidades - urbanas e do campo -,



Foto: Cristiane Passos / CPT Nacional

que o apadrinhamento na fogueira de São João, realizado sempre no mês de junho, é, acima de tudo, a prática do cuidado.

Manoel Libânio, agente da CPT no Ceará, conta que em seu estado o costume sempre foi acender fogueiras para São João, São Pedro e Santo Antônio, entretanto fica preocupado em relação à continuidade dessa tradição. “Observamos que em nossa região as fogueiras têm perdido seu valor. Os jovens parecem não querer seguir com essa tradição”, ressalta.

Experiências de bem viver vindas dos Andes

Lorenzo Soliz (Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamerica - IPDRS) deu um panorama da história de seu país e da luta dos povos indígenas. Nos anos 2000 começam as primeiras lutas para mostrar que existem alternativas ao modelo neoliberal que vinha sendo imposto no país, através das lutas contra a mercantilização da água, por exemplo. Em 2003 houve uma marcha que pediu uma Assembleia Constituinte. “A nova Constituição incorporou muitas das reivindicações dos movimentos sociais e indígenas da Bolívia, e é considerada uma Constituição muito avançada. Em 2005, então, foi

eleito Evo Morales, um aymara, com 54% da votação. Vitória apertada quando comparada às eleições anteriores”, completou Lorenzo. Os primeiros anos do governo Morales foram de grande avanço, contudo, a partir de 2010 houve uma paralisação e uma aproximação do governo com o agronegócio e com políticas de avanço econômico, em detrimento dos interesses da população indígena.

Marta Cabrera, do povo Qhara Qhara, recordou a invasão espanhola, que impôs outro sistema de governo, de produção e o esquecimento de seus saberes ancestrais. De acordo com ela, a luta dos

povos indígenas bolivianos de 1976 a 1990 conquistou o direito coletivo sobre seus territórios. Para a indígena, “a única forma de decolonizar é a educação. E essa educação deve ser Intra, inter e pluricultural”.

Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau, e Cacique Ramon, ambos da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, situada no sul da Bahia, também contribuíram com o Encontro de Formação a partir das experiências de bem viver da etnia. “Nós somos os primeiros povos a se fazer presente contra a invasão, desde a época da chegada dos portugueses no Brasil. Mas até hoje sofremos muitas invasões em nossos territórios ancestrais, mas nunca saímos e resistimos em nossos territórios”, contextualizou Ramon.

Sobre o bem viver, Babau frisa que é necessário “ter um ponto de partida e um de chegada. Não é apenas plantar uma roça e partilhar com o vizinho. O nosso bem viver se torna cada vez mais sólido porque nossos encantados nos disseram: ‘olha, as pessoas estão caçando e matando os animais, matando a natureza. Então vocês precisam proteger a natureza e deixar ela viver, deixar de caçar e pescar’. Passamos a cultivar, não para concentrar, mas para nos alimentarmos. Estamos nos adaptando a essa nova realidade”.

CPT lança livro em homenagem a um de seus agentes históricos

A publicação “Sandro Gallazzi, um novo tipo de profeta” em homenagem aos 70 anos do biblista, completados em 2016, foi lançada na noite de 20 de outubro, durante o Encontro Nacional de Formação da CPT. O livro foi editado pela CPT e pelo Cebi (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos). Fundador da CPT no Amapá, Sandro Gallazzi atuou também no estado do Pará e foi figura fundamental no processo de

formação de diversos agentes da CPT espalhados pelos quatro cantos do país. Com vários livros publicados, suas análises bíblicas e contribuições para os cadernos de estudos da CPT formaram gerações de agentes da Pastoral e continuam a ser fonte viva de conhecimento para os e as que ainda chegam nessa caminhada.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

REDE IGREJA E MINERAÇÃO

Encontro de Ecoteologia e Mineração reúne teólogos, leigos e povos originários em Mariana (MG), no marco dos dois anos do crime da Samarco

Reunidos em Mariana, Minas Gerais, durante três dias, aproximadamente 40 pessoas puderam ainda ver o cenário deixado pela lama da ação criminosa da Samarco, suas consequências sobre as comunidades e debater a mineração e a ecoteologia nesse contexto de destruição da natureza e da vida das pessoas.

CRISTIANE PASSOS*

Para o biblista e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sandro Gallazzi, falar em ecoteologia é falar, pensar, vivenciar e experimentar Deus, a partir da casa. Oikos, de onde vem a palavra eco, significa casa. “Pode ser entendido como casa comum, a natureza, o universo, pode e deve ser entendida também essa casa como nossa sociedade, como vivemos em comunidade e também como nossa igreja. Dependendo do projeto de casa que a gente tem, vai nascer uma teologia diferente. Nos nossos projetos de sociedade temos que ter um projeto de casa igualitária para falarmos de um Deus de maneira diferente”.

Foto: Cristiane Passos / CPT Nacional



Da mesma forma, para Afonso Murad, do Grupo de Pesquisa em Ecoteologia, “teologia é pensar sobre Deus e a partir de Deus. Ecologia é pensar sobre Deus a partir da casa, e essa casa é a casa comum. A ecoteologia é esse saber sobre a realidade à luz de Deus, naquilo que nos conduz enquanto comunidade, que nos conduz não só no pensar, mas no agir também. Ela bebe na teologia da libertação, ouve o clamor dos pobres. E tem os pobres como protagonistas da sua libertação”.

Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT, questiona, com isso, qual é o lugar dessa ecoteologia? Para ele, “é o lugar dos atingidos e atingidas, dos massacrados e massacradas pelas ‘Vales’

da vida. A partir da lama estéril que a mineradora cria, a teologia que se faz a partir disso, por isso ela é antissistêmica. Outro ponto é que se trata de uma ecoteologia feminista, pelo feminismo teológico, colocamos a casa como foco e não o templo. Confronta o patriarcado e o hierarcado”.

A ecoteologia e a cosmologia dos povos originários

Para Davi Kopenawa, xamã yanomami, essa foi uma oportunidade importante de estar junto com a Igreja e refletir sobre ecoteologia. “E também de falar para que vocês entendam, pois homem da cidade não entende e não conhece sobre a gente e sobre a nossa terra. A minha sabedoria eu aprendi desde pequeno, com a minha mãe, a minha mãe terra, e com o meu pai, o meu pai floresta. A floresta bonita, rica de saúde e de alimentação para nós. O homem branco chegou e fez chiqueirinhos para os índios viverem, como em zoológicos, e acha que isso basta. Não entendem. Veem o meio ambiente, meio, como metade. Para nós não é metade. A natureza é o todo”.

Djukuman Krenak destacou a luta de seu povo às margens do rio “que não é mais doce”. Segundo ela, “tantos clamores não escutados resultaram no grande desastre ocorrido dois anos atrás, que matou toda uma bacia hídrica, a história e a cultura de um povo. Toda a educação, a coletividade do povo Krenak acontecia no Rio Doce, às margens do rio, toda a religião é feita às margens do rio. A vida religiosa Krenak depende do rio (WATU). A Vale quer acabar com a essência das pessoas, ela coloca sementes negativas que

dividem o povo para enfraquecer a luta, matando sua essência”.

“Não me venham com essa matemática, a nossa alma está suja de lama”

Marino, atingido pela lama da Samarco, sobrevivente do crime da mineradora ocorrido há dois anos, em 5 de novembro de 2015, vivia em Paracatu de Baixo (MG) onde era produtor de leite. “Nas reuniões, nas audiências, vinham falar bonito, mostravam números, planilhas... para quem perdeu tudo? Foi quando eu disse, ‘não me venham com essa matemática, a nossa alma está suja de lama’”. Marino relatou com tristeza que além de devastar Paracatu de Baixo, a lama afastou a comunidade e dividiu as famílias.

Para Davi Kopenawa, “Xapuri ficou com raiva ao ver a devastação da Terra [decorrente da mineração]. O desastre que ocorreu deve ser tomado como uma advertência de sua revolta. Ele [Xapuri] quer nos ensinar. Omama (o nosso criador) falou para mim – seu filho – a respeito do coração da terra, que foi ferido,

Foto: Cristiane Passos / CPT Nacional



foi cortado pelas máquinas que rasgaram o solo. A consequência desta devastação, serão queimadas e outros desastres que virão, Omama nos dá suas sábias palavras. Omama falou e antigamente já sua imagem se mostrou com o objetivo de abertu-

ras e ensinarmos a viver bem, criar nossos filhos, cuidar deles, plantar roças e coletar os frutos da floresta”.

Djukuman Krenak lamentou a morte do rio Doce, “pois o rio não é apenas água que corre, é um ser vivo, que não está sendo respeitado. A natureza irá se regenerar, os espíritos indígenas irão subir e virar encantados, os espíritos das pessoas das comunidades atingidas também, mas os daqueles que cometeram esse crime, que envenenaram o rio, vão apodrecer aqui, vão ficar podres junto com a poeira dessa lama maldita, para eles não há esperança”.

Debate e exposição fotográfica encerram programação do Encontro

Uma roda de conversa sobre a realidade de povos atingidos pela mineração, em especial dos atingidos pela lama da Samarco, encerrou o encontro “Ecoteologia e atividade minerária: a espiritualidade, a resistência e as alternativas em defesa dos territórios”. Atingidos de Bento Rodrigues (MG), representantes dos povos Krenak e Yanomami, quilombolas, o bispo de Viana (MA), dom Sebastião Lima Duarte, o coordenador arqui-diocesano de pastoral, padre Geraldo Martins, e lideranças locais participaram da atividade. Na ocasião, o projeto “Lama que Mata”, idealizado pelo repórter fotográfico Joka Madruga e pelo videomaker e agente da CPT Bahia, Thomas Bauer, foi apresentado mais uma vez na cidade de Mariana, com a projeção de depoimentos de atingidos pela lama da Samarco, e com a exposição das fotografias de Joka Madruga, tudo produzido ao longo dos rios Doce, Carmo e Gualaxo do Norte.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Solidariedade e denúncia levam Missão Ecumênica ao Pará

Nos municípios de Marabá, Pau D'Arco e Redenção, a comitiva – formada por líderes de igrejas, movimentos religiosos, e organizações de direitos humanos –, visitou acampamentos em situação de conflito.

ELVIS MARQUES*

“Somos testemunhas vivas dos limites cruéis a que a ganância humana pode chegar, voltando-se contra irmãs e irmãos criaturas de Deus”. Essa frase foi retirada da Carta da Missão Ecumênica em apoio aos camponeses e camponesas e para denunciar a violência no campo no Pará. Em poucas palavras, resume o que a comitiva de 20 pessoas viu e ouviu entre os dias 8 e 10 de novembro durante a Missão, que esteve no Acampamento Jane Júlia, no município de Pau D'Arco, e no Acampamento Hugo Chávez, no município de Marabá.

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional



“É uma missão em solidariedade aos movimentos sociais e às famílias frente a essa situação de violência aqui no sul e sudeste do Pará, e a motivação principal é o caso de Pau D'Arco. Mas tem esse caráter de prestar solidariedade ao conjunto como um todo da luta”, explicou José Batista Afonso, advogado da CPT em Marabá. Sônia Mota, diretora executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), relembrou a primeira missão no estado, em 1996, quando ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás. “Para nós, organizações ecumênicas e igrejas, comprometidas com a defesa de direitos, realizar essa Missão Ecumênica é mais do que um ato de solidariedade, é um compromisso de fé”, ressaltou.

Antes de sair em missão, em

Marabá, na manhã do dia 8, foi realizado um momento de análise da conjuntura agrária da região. O panorama apresentado demonstrou o quão é preocupante a situação do povo do campo no estado. A Missão chegou ao estado num contexto em que cerca de 8 mil pessoas estão sendo expulsas de suas casas em decorrência de uma grande operação de despejo, que visa cumprir liminares em 20 fazendas nos municípios próximos a Marabá. Estão nessa relação os dois acampamentos visitados pela comitiva.

Ato Ecumênico – A Câmara Municipal de Redenção, na noite do dia 8, foi tomada por faixas e cartazes dos mártires do campo, como João Canuto e irmã Dorothy Stang. No local, familiares das vítimas do Massacre de Pau D'Arco, todos e todas vestidos/as com camisetas estampadas com os rostos dos nove homens e uma mulher mortos no dia 24 de maio deste ano por policiais civis e militares.

A celebração foi marcada por fortes e emocionantes momentos. Um deles foi durante a leitura dos nomes das 10 pessoas assassinadas: Oseir, Nelson, Weldson, Weclbson, Jane, Bruno, Hércules, Regivaldo, Ronaldo e Antônio. Muito emocionado, o jovem Régis Marcos, parente das vítimas, falou sobre como estão as famílias após o crime. “O que ficou é o sentimento de revolta, de injustiça, porque foram dez vidas, dez seres humanos, e só da nossa família foram sete pessoas. Eu perdi meu irmão, perdi meus dois primos, meus dois tios e a minha tia. A minha tia aqui presente perdeu dois filhos que cuidavam dela”, explicou.

Rafael Soares de Oliveira, diretor executivo de Koinonia e representante do Candomblé, ressaltou, diante dos familiares das vítimas do massacre, que “o nosso desejo, no Fórum Ecumênico e de diversos parcei-

ros, é levar para fora do Brasil o que acontece aqui nessa terra [no Pará]”. E continuou: “Minha evocação e meu sonho enquanto religioso, para vocês que sofrem em um país que sofreu um golpe, onde as instituições não funcionam, é que a força de Ogum [quem cuida da terra e também o senhor do ferro] nos proteja, nos abençoe, e nos abra caminho”.

Pau D'Arco – No dia 09, a comitiva da Missão Ecumênica esteve no Acampamento Jane Júlia, localizado na Fazenda Santa Lúcia, onde ocorreu o massacre. Lá, pôde ouvir relatos dos trabalhadores e trabalhadoras que resistem e insistem no pedaço de chão. Thiago Valentim, membro da coordenação executiva da CPT, informou aos acampados que, além de prestar solidariedade e conhecer de perto a realidade da região, a Missão se compromete a pressionar o Governo Federal, especificamente o INCRA, para que dê celeridade na garantia de terra para a comunidade.

A área da Fazenda Santa Lúcia é alvo de uma ação de reintegração de posse que tramita desde o ano de 2013. No processo, segundo a CPT em Marabá, já foram apontadas diversas falhas procedimentais pelo Juízo, dentre elas a não realização de audiência de justificação prévia e ausência de investigação sobre a legitimidade dos documentos apresentados pelos autores. Além disso, no INCRA tramita um processo administrativo de compra e venda do imóvel, que já foi visto-riado e avaliado pelo órgão.

Hugo Chávez – Desde o ano de 2014, o Acampamento Hugo Chávez está situado na Fazenda Santa Tereza, área de um antigo castanhal cuja propriedade era do Governo do Estado do Pará. Segundo a CPT em Marabá, o juiz da Vara Agrária do município, que julgou o pedido de reintegração de posse do pretensão proprietário, negou



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

o pedido e justificou que “tratava-se de terras públicas do Estado do Pará, cuja ocupação do fazendeiro resultou em crimes ambientais e quebra de contrato estipulado no Título de Aforamento [concedido para exploração e extração da castanha do Pará]”. Entretanto, ao desconsiderar essa decisão, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) converteu o Título de Aforamento em título definitivo de propriedade.

Com esse novo documento em mãos, o latifundiário ingressou com nova ação e conseguiu uma liminar de despejo. Dia 13 de dezembro de 2017. Essa é a data estipulada pela Justiça para que as 200 famílias sejam expulsas do acampamento. “Nós não temos para onde ir, minha casa é aqui, assim como a casa de todos os acampados. É inviável uma desocupação neste momento, pois a gente não pode pegar essas pessoas e simplesmente levar para qualquer local sem estrutura nenhuma”, frisa a professora da escola do acampamento, Maria do Socorro – escola essa que atende a 187 alunos e alunas.

Realização – A Missão Ecumênica foi organizada pelo FEACT-Brasil, CONIC, CESE, CEBI, CPT, CBDDH, e PAD. Participaram representantes da Igreja Presbiteriana Independente, Católica, Presbiteriana Unida, Aliança de Batistas do Brasil, Confissão Luterana, e Episcopal Anglicana do Brasil.

LUTO

Frei Henri: A luta perde a força e, principalmente, o sorriso fácil desse lutador

Já quando fechávamos esta edição do Pastoral da Terra, recebemos com tristeza e resignação a notícia do falecimento de Frei Henri. Mesmo com a saúde debilitada sabíamos de sua atenção, apreço e desejo pela justiça na vida dos povos do campo no Brasil.

CRISTIANE PASSOS*

No dia 26 de novembro, às 14h30, horário de Paris, na França, Frei Henri nos deixou. Após participar de uma celebração, almoçou, foi para seu quarto, onde faleceu repentinamente. Nascido em 1930 em uma família aristocrática, Henri des Roziers se formou em advocacia e, provocado pelas situações de desigualdade e injustiça, se tornou frade dominicano. Em 1968, se alinhou com a revolução dos estudantes, em Paris, na qualidade de capelão do centro Saint Yves, o único centro dos estudantes que não fechou e nem condenou os anseios que buscavam. Em 1970, foi viver e conviver na condição de padre-operário exercendo funções de operário, motorista e zelador. Depois aceitou o desafio de morar no Brasil, provocado pela morte de Frei Tito (1974), exilado na França.

Chegou ao Brasil no final de 1978 e o campo de atuação que logo lhe abriu foi o trabalho desenvolvido pela CPT junto aos posseiros e pequenos agricultores na defesa de seus direitos à terra. Iniciou, portanto, sua atuação junto à CPT do Norte do estado de Goiás, hoje Tocantins, sobretudo no Bico do Papagaio. Para desenvolver melhor seu trabalho, conseguiu o reconhecimento de seus estudos jurídicos e a inscrição na OAB.

Em 1991, após o assassinato do presidente do Sindicato de Rio Maria, Expedito Ribeiro da Silva, foi para Rio Maria, no sul do Pará, onde os conflitos pela terra e a violência contra os trabalhadores alcançavam dimensões assustadoras. E naquela região, entre Conceição do Araguaia, Rio Maria e Xinguara, exerceu sua ação até quando, com a saúde fragilizada, em 2013, voltou para a França. Henri foi responsável pela condenação de diversos fazendeiros mandantes de assassinatos de lideranças sindicais na região.

Henri parecia não se cansar nunca, e mais importante do que isso, nunca perdia o bom humor. É impossível trazer à memória sua figura sem lembrar o largo sorriso que sempre recebia a cada um e cada uma que encontrava. O corpo franzino disfarçava o vigor que entrava em cena

nas conversas com os trabalhadores e trabalhadoras, e nas ocasiões que precisava interferir em defesa deles e delas. Como disse Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil, “uma pessoa assim não morre.

Eu que não tenho a mesma fé de Henri, acredito que ele sim atingiu a imortalidade. Viverá para sempre como um dos capítulos mais bonitos da história brasileira”.

“Com a cabeça posta a prêmio, várias vezes, por sua ação firme e decidida, foi forçado a aceitar a escolta ostensiva das forças de segurança. Sua atuação se tornou referência para toda a CPT quando se tratava de combate à violência contra os trabalhadores do campo e ao trabalho escravo. Ele serviu de inspiração para uma plêiade de jovens advogados que pautaram suas atividades nos princípios e na determinação do frade que incomodava quem explorava e oprimia”, destacou a direção nacional da CPT em Nota após seu falecimento.

Para Xavier Plassat, confrade e amigo de Henri, a caracte-

rística mais marcante dele foi o fato de não ter se importado com o formalismo institucional da religião, tendo trabalhado em conjunto e ensinado centenas de pessoas no Brasil e na França. Por esse motivo os amigos de Henri estão trabalhando para que suas cinzas retornem ao Brasil, para o acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que leva seu nome, em Xinguara (PA). “Era isso que ele queria, e a comunidade do acampamento Frei Henri também expressou esse desejo. Vamos tentar atender a essa demanda. A verdadeira religião exige um compromisso pela libertação e construção do reino de justiça. Isso Henri fazia literalmente”, enfatizou Xavier.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT



Foto: João Laet

JULGAMENTO

Caso Fazenda Tucumã: policiais, pistoleiro, e pecuarista são condenados

ELVIS MARQUES*

No dia 27 de outubro, após cinco dias de julgamento, o Tribunal do Júri da Comarca de Ariquemes (RO) pronunciou a decisão sobre as mortes dos sem-terra Ruan Hildebran Aguiar, 18, e Alysson Henrique Lopes, 23, e da tentativa de assassinato de outras três pessoas. Os crimes ocorreram no Acampamento Terra Nossa, situado na Fazenda Tucumã, no município de Cujubim (RO), no dia 31 de janeiro de 2016.

A CPT em Rondônia, que acompanha o caso, chama atenção para dois pontos na sentença: a absolvição do pretenso proprietário da fazenda, Paulo Iwakami, conhecido como japonês. E o Júri reconhecer apenas o homicídio de Alysson, cujo corpo foi encontrado carbonizado. Ruan está desaparecido desde



Foto: CPT/RO

o dia em que foram atacados, e seu corpo até hoje não foi encontrado. Mesmo assim, os acusados não foram julgados pela sua morte. O Ministério Público declarou que vai recorrer desta decisão.

Como executores, Rivaldo de Souza e o sargento da reserva Moisés Ferreira de Souza foram condenados a 30 anos de prisão; o cabo da PM Jonas Augusto dos Santos foi condenado a 28

anos também por execução. Quanto aos mandantes, apenas o pecuarista Sérgio Sussuma Sukanuma recebeu a pena de 08 anos e 04 meses de prisão por intermediar a contratação dos assassinos.

Histórico – No dia 29 de janeiro de 2016 ocorreu uma reintegração de posse no Acampamento Terra Nossa, na Fazenda Tucumã, área da União grilada por latifundiários. Dois dias após a ação, cinco acampados (Alysson, Ruan e mais três pessoas) retornaram à área para buscar pertences pessoais. No lugar, se depararam com um grupo de pistoleiros, que matou Alysson, sumiu com Ruan, e ainda tentou matar outros sem-terra.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

De Romaria em Romaria

No ano de 2017, milhares de pessoas evocaram as memórias de luta e a de

JOÃO DAMÁSIO*

A CPT realiza Romarias da Terra e das Águas há 40 anos. As primeiras ocorreram em Bom Jesus da Lapa (BA) e no Rio Grande do Sul, variando a localidade. Além destas, que têm edições anuais, há romarias diocesanas, regionais e estaduais, periódicas ou não. Neste ano de 2017, ocorreu também a 1ª Romaria Nacional do Cerrado. Outras 13 romarias reuniram milhares de pessoas em todas as regiões brasileiras, tematizando principalmente a memória dos mártires e a defesa dos biomas, como também foi proposto pela Campanha da Fraternidade 2017.

As romarias ocorrem, geralmente, em locais significativos para os povos. A primeira do ano de 2017 foi a 40ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, no dia 28 de fevereiro, no Assentamento da Fazenda Annoni, símbolo da luta pela Reforma Agrária, localizado em Pontão (RS). Com o tema comemorativo “Romaria da Terra: 40 anos de luta e memória das conquistas” e o lema “Terra de Deus, terra de irmãos”, os romeiros e romeiras relembrou o momento da ocupação com o assentamento de 423 famílias na região e toda sua produção, que é comercializada na feira dos produtos dos assentamentos do RS. Antecedendo a romaria, o 12º Acampamento da Juventude ocorreu nos dias 26 e 27 de fevereiro, no mesmo local, e reuniu 620 jovens em torno do tema “Juventude construindo projeto popular” e do lema “Prefiro morrer na luta do que morrer de fome”, em memória de Roseli Nunes, militante da luta

pela terra, morta em um protesto em 1987.

A 7ª Romaria em Defesa da Vida em Campo Alegre de Lourdes (BA) ocorreu no dia 21 de maio, com concentração na comunidade do Velame, de onde os romeiros e romeiras partiram em direção ao Morro do Tuiuiú com faixas, cartazes e imagens dos seus padroeiros e padroeiras. Organizada pela Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e pelo Fórum de Entidades Populares de Campo Alegre de Lourdes, esta romaria surgiu a partir de uma necessidade de reflexão sobre os impactos da mineração no município e da preservação do meio ambiente.

Também no dia 21 de maio, o bispo diocesano e vice-presidente da CPT, Dom André de Witte, fazia a acolhida na abertura da 9ª Romaria Diocesana da Terra e das Águas em Ruy Barbosa (BA). Milhares de romeiros e romeiras seguiram em uma caminhada com três momentos: a reflexão à memória de Dom Matthias, a denúncia sobre a

ação, a Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa (BA) ocorreu entre os dias 7 e 9 de julho, com celebrações religiosas, atividades culturais e debates, dentre eles, sobre os atuais desafios da conjuntura sociopolítica do Brasil. Os destaques deste ano foram a via-sacra rumo ao Rio São Francisco e

visando chamar a atenção para a questão da violência no campo.

O município de Unaí (MG) recebeu a 20ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais no dia 23 de julho, evento que culminou reunindo os participantes de 12 pré-romarias no estado: Uruana de Minas, Buritis, Arinos, Chapada Gaúcha, Serra das Araras, Urucuia, Santo Antônio do Boqueirão, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, João Pinheiro, Bonfinópolis de Minas e Unaí. O tema escolhido foi “Povos da cidade e do sertão, clamando por água, terra e pão” e o lema “Povos, rios, veredas e nascentes são dons de Deus em romaria e resistência”.

Foto: CPT/RS



Foto: Ana Paula Alencar - CPT/MG



questão da água e a proclamação da ressurreição do povo na Praça Santa Tereza.

Comemorando sua 40ª edi-

a homenagem a Cícero Nogueira, militante popular brutalmente assassinado no ano de 2016. Além da CPT, organizaram o evento as Dioceses de Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Irecê, Barra, Caetité, a Arquidiocese de Vitória da Conquista, o Santuário Bom Jesus e outras organizações e movimentos sociais.

No norte do país, a 12ª Romaria da Floresta em Anapu (PA) ocorreu de 20 a 23 de julho. A concentração foi no Centro de Formação São Rafael, de onde partiu a caminhada até a área do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, local onde foi assassinada a missionária Dorothy Stang em 2005. Realizada anualmente desde aquele ano, a ação reúne movimentos sociais do campo e da floresta localizados na região transamazônica, no oeste do Pará,

No mesmo dia 23 de julho, foi realizada a 2ª Romaria Padre Ezequiel Ramin em Rondolândia (MT), reunindo aproximadamente mil pessoas para rezar, cantar, refletir e fazer memória ao 32º aniversário de martírio do missionário comboniano, padre Ezequiel Ramin. Representantes da CPT em Rondônia, estado que divisa com a cidade, caminharam com o povo carregando banners que estampavam a violência que o povo camponês sofre no Brasil e, em especial, em Rondônia.

O município de Itapuranga, na Diocese de Goiás, recebeu mais de sete mil romeiros e romeiras na 16ª Romaria da Terra e das Águas no dia 2 de setembro. O evento foi realizado pela CPT Goiás e pela Diocese de Goiás com o tema “Organização popular e a luta por direitos” e o lema “Memória, rebeldia e esperança”. Além disso, os participantes caminharam sob a iluminação bíblica de Êxodo, 3: “Vi, ouvi, conheço, desci por isso vai”.

A 38ª Missão da Terra em Se-

S P E L A F É

Romaria: 40 anos

Defesa dos biomas em 14 romarias espalhadas por todas as regiões do país



Foto: CPT/GO

de Pilar (PB) e São Miguel de Taipu (PB), no agreste paraibano. O tema “És lutador enviado do Senhor, dos ameaçados tu és defensor” e o lema “Do ventre da Mãe Terra, a vida grita por liberdade” foram escolhidos em referência à luta e dedicação do

Padre João Maria, que colocou sua vida a serviço do povo de Deus e completou 50 anos de ordenação e compromisso com a causa dos camponeses e camponesas. Ao final do evento, houve uma dramatização em homenagem ao padre.

A 1ª Romaria em Louvor à Nossa Senhora Aparecida e em Defesa das Águas e do Território em Riacho dos Machados (MG), no norte do estado, ocorreu nos dias 18 a 21 de outubro. “A água que eu dou se tornará sua fonte de água viva” (Jo 4,13-14) foi o lema do evento, construído por diversas entidades que atuam na região e pelo grupo Igreja e Mineração. As caravanas de Montes Claros, Grão Mogol, Salinas, Porteirinha, Bocaiuva, Josenópolis e demais localidades da região partiram em caminhada pelas ruas da cidade carregando a padroeira da Romaria: Nossa Senhora Aparecida.

Mais de três mil romeiros e romeiras integraram a 30ª Romaria da Terra e das Águas em União dos Palmares (AL), na Serra da Barriga, nos dias 4 e 5 de novembro. O percurso percorrido de três quilômetros gerou reflexões sobre o tema “Trinta anos no chão sagrado: de novo na Serra, alcançando a nova terra”. Na subida à Serra, estiveram presentes os músicos de caminhada Zé Pinto e Zé Vicente, além do bispo presidente da CPT, Dom Ene-mésio Lazzaris.

nhor do Bonfim (BA) foi realizada no dia 17 de setembro no Distrito de Igara, com o tema “Vida e morte na Caatinga: enquanto o ser humano destroi, Deus ressuscita” e o lema “Cultivar e guardar a criação é nossa responsabilidade” (Gn 2, 15). Mais de sete mil pessoas, do campo e das cidades, da Diocese de Bonfim se irmanaram em fé e mobilização popular para animar a caminhada do povo de Deus, denunciar as injustiças sociais e ambientais e anunciar o “Bem Viver” no Sertão, com foco na defesa da Caatinga.

A 24ª Romaria da Terra e das Águas de Santa Catarina, em Pescaria Brava (SC), reuniu milhares de pessoas de várias partes do estado no dia 10 de setembro. Muitas atividades foram realizadas ao longo do dia, como apresentações culturais, música e várias mensagens a partir do tema “Mata Atlântica, nossa Casa Comum”. No final da manhã, houve a celebração da Santa Missa presidida por Dom João Francisco Salm, junto aos bispos de seis dioceses do Regional Sul 4, cinquenta sacerdotes e diáconos e a presença do pastor da Igreja Luterana, Inácio Lemke. Já no período da tarde, durante a caminhada, foram plantadas algumas mudas e a cruz de cedro, que sinaliza a realização da Romaria.

Nos dias 7 e 8 de outubro, ocorreu a 29ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba nos municípios

Romarias de 2017		
Data	Evento	Cidade (UF)
26 a 28 de fevereiro	40ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul e 12º Acampamento da Juventude	Pontão (RS)
21 de maio	7ª Romaria em Defesa da Vida	Campo Alegre de Lourdes (BA)
21 de maio	9ª Romaria Diocesana da Terra e das Águas	Ruy Barbosa (BA)
07 a 09 de julho	40ª Romaria da Terra e das Águas	Bom Jesus da Lapa (BA)
20 a 23 de julho	12ª Romaria da Floresta	Anapu (PA)
23 de julho	20ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais	Unaí (MG)
23 de julho	2ª Romaria Padre Ezequiel Ramin	Rondolândia (MT)
02 de setembro	16ª Romaria da Terra e das Águas de Itapuranga	Itapuranga (GO)
17 de setembro	38ª Missão da Terra	Senhor do Bonfim (BA)
10 de setembro	24ª Romaria da Terra e das Águas de Santa Catarina	Pescaria Brava (SC)
29 e 30 de setembro	1ª Romaria Nacional do Cerrado	Balsas (MA)
07 e 08 de outubro	29ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba	Pilar e São Miguel de Taipu (PB)
18 a 21 de outubro	1ª Romaria em Louvor à Nossa Senhora Aparecida e em Defesa das Águas e do Território	Riacho dos Machados (MG)
04 e 05 de novembro	30ª Romaria da Terra e das Águas	União dos Palmares (AL)

TRABALHO ESCRAVO

Caminhos e descaminhos do combate à escravidão no Brasil

LILIANA WON ANCKEN*

Há atualmente 40 milhões de pessoas escravizadas no mundo. A escravidão contemporânea é um fenômeno global. Sua erradicação requer esforços que perpassam os Estados nacionais e a comunidade internacional. Exige a utilização de todos os recursos disponíveis em âmbito jurídico, político, econômico e social.

A escravidão colonial persistiu no Brasil por mais de 300 anos: a propriedade de uma pessoa sobre outra era exercida de forma legal. Isso foi abolido pela Lei Áurea. Porém a abolição não impediu que fossem mantidas até hoje práticas análogas à escravidão, numa combinação entre terra, capital e trabalho que sempre sirva aos interesses do capital.

Em 1995, sob a pressão inclusive da CPT, o Estado reconheceu a persistência da escravidão contemporânea no país e mudou de postura frente seu enfrentamento.

O Brasil já havia assumido tratados internacionais nos quais se comprometia com a erradicação da escravidão. A própria Constituição Federal de 1988 ampliou o rol de direitos e garantias fundamentais, incluiu direitos sociais e equiparou os direitos dos trabalhadores rurais aos dos urbanos. Em 2003 o Art. 149 do Código Penal foi alterado, passando a definir claramente o que é trabalho escravo, detalhando seus meios de execução: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes ou jornada exaustiva. O Brasil passou a ser considerado referência internacional em políticas de prevenção e combate a este crime.

Os últimos 20 anos deixaram um legado positivo: criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, cooperação técnica com a OIT, Comissão Nacional e Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, acesso dos trabalhadores resgatados ao seguro desemprego, criação do Registro de Empregadores Infratores (“Lista Suja”), competência da Justiça Federal

para julgar esse crime, vedação pelo Banco Central de empréstimos a empregadores escravagistas, aprovação de Emenda Constitucional (nº81) para o confisco de propriedades urbanas e rurais onde for constatado trabalho escravo.

Mas, por outro lado, já era observável o gradual esfacelamento dessa política e a ameaça de retrocessos, enquanto o número de pessoas resgatadas passava também a diminuir. O Estado brasileiro foi sentenciado no final de 2016 pela Corte Internacional de Direitos Humanos da OEA, no Caso da Fazenda Brasil Verde, e condenado pela “violação do direito a não ser submetido à escravidão e ao tráfico

aos casos onde houver restrição da liberdade de ir e vir. Isto parte de uma defesa classista da propriedade e visa manter os velhos sistemas de exploração.

Neste governo golpista, os brasileiros vêm sendo solapados por brutais medidas de austeridade, como resultado das negociações visando garantir impunidade aos corruptos que se apossaram do Estado. Veja só: PEC “do fim do mundo” (que congelou os gastos públicos por 20 anos nas áreas de saúde e educação); reforma trabalhista que altera cerca de 100 dispositivos da CLT com inúmeros prejuízos para trabalhadores/as; pacote de medidas incluindo reforma da Previdência

do trabalho, e pela advertência dos organismos internacionais, o desmonte da definição legal do trabalho escravo veio por via transversa, claramente golpista: uma Portaria do ministro do Trabalho (nº1.129 de 13 de outubro de 2017), alterou a definição do trabalho escravo no exato sentido exigido pelos ruralistas e as grandes construtoras: equiparando trabalho escravo e privação de liberdade. Ainda transferiu à exclusiva competência do ministro a competência para incluir nomes na Lista Suja e subordinou a autuação dos fiscais do trabalho à lavratura de Boletim de Ocorrência por autoridade policial, inviabilizando assim a fiscalização do trabalho escravo.

O disparate foi tamanho que gerou imediata reação da sociedade, dos fiscais, do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria Geral da República. Foi movida no STF uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (encampada também pela CPT) que resultou em decisão liminar de suspensão da Portaria.

Não nos enganemos: todas essas medidas estão articuladas para conformar as relações “terra, trabalho e capital” aos interesses do capital. A superação da ordem social capitalista implica na emancipação social. Acontece que os direitos – ao trabalho digno e direitos humanos em geral, têm potencial contestatório da própria ordem liberal na qual foram instituídos.

Somos nós, trabalhadores e trabalhadoras que, pela nossa organização e luta, em determinados momentos, conseguimos incluir na ordem institucional novos direitos e garantias; em outros momentos reivindicamos sua concretização ou combatemos sua negação. Em movimento dialético assim vamos construindo possibilidades de superação da (des)ordem social capitalista. Por isso, essa e outras lutas são tão necessárias.



de pessoas”. A Corte afirmou que a raiz do problema está na permanência, no Brasil, de uma discriminação estrutural histórica contra populações marcadas pela pobreza. Tal sentença deveria ter provocado uma resposta do país para se adequar as exigências dos juízes internacionais. Eles pediram ao Estado “continuar incrementando a eficácia de suas políticas no combate da escravidão no Brasil, sem permitir nenhum retrocesso na matéria”.

Em período de crise internacional do capitalismo, muitos direitos conquistados são ameaçados. Entre estes o próprio conceito legal de escravidão está na mira da Bancada Ruralista que, há anos, tenta esvaziá-lo, buscando limitar o trabalho escravo

cia. Tudo isso gestado no covil dos que legislam em nome do povo e transferem para a população o ônus da crise, enquanto servem os interesses do capital internacional, entregando as maiores riquezas do país (Pré-sal e Amazônia).

No campo, os novos/velhos empresários do agronegócio/latifundiários, se sentem autorizados a utilizar a violência na “defesa” da propriedade privada, e o número de camponeses/as assassinados aumenta, enquanto paralisa-se a Reforma Agrária e a demarcação de territórios tradicionais.

Até então travada pela vigilante resistência da sociedade civil, dos trabalhadores e dos próprios fiscais

100 ANOS REVOLUÇÃO RUSSA

A questão agrária e o campesinato na Revolução Russa de 1917 – PARTE II*

HORÁCIO MARTINS
DE CARVALHO**

Dando continuidade à nossa reflexão sobre a Revolução Russa, vamos agora para o fim formal da servidão, em 1861. Em 19 de fevereiro de 1861 (03 de março de 1861, no calendário gregoriano ou ocidental) Alexandre II decreta o fim do sistema de servidão. Foram libertados, ao todo 22,5 milhões de camponeses servos, embora a propriedade dos latifúndios tenha sido preservada.

A emancipação dos servos em 1861 tinha como princípio dominante o temor expresso por Alexandre II: “É melhor a autoridade libertar os camponeses, do que esperar que eles mesmos se libertem por meio de insurreições”. Nesse ano foi estabelecida a “emancipação relativa camponesa”. Foram libertados 2,4 milhões de camponeses. Até 1880, 65% das 6.380 comunas dos 66 distritos espalhados pela Rússia europeia não haviam realizado a redistribuição de suas terras. Mesmo que oficialmente o regime feudal tivesse sido eliminado, as mentalidades não mudaram rapidamente. A propriedade das terras permaneceu com seus antigos donos.

Durante a vigência do feudalismo os camponeses promoveram inúmeras fugas e revoltas. Entre 1775 e o final do sec. XVIII houve 300 insurreições em 32 províncias. No período entre 1826 e 1861 (35 anos) houve 1.186 sublevações camponesas, com média de 34 por ano. Houve na Rússia, depois de 1861, um movimento de abandono dos campos em direção às cidades e muitos passaram a nelas viver (Moscou ganhou o apelido de “a grande aldeia”).

Em 1897 a Rússia já contava com 125,6 milhões de indivíduos. Tinha a terceira maior população do mundo na época. Em 1906 o governo elaborou um plano de reforma agrária destinado a dismantlar a estrutura



comunal tradicional. A reforma agrária conseguiu a redução dos pobres da aldeia. Ao todo três milhões de camponeses abandonaram as comunas. Quase um milhão de camponeses só adquiriram os títulos de suas terras depois de deixarem a aldeia. Parcelas dos camponeses venderam suas terras para se empregarem na indústria. No entanto, permaneceram seis milhões de camponeses nas comunas com dificuldades de se tornarem sítiantes independentes. É oportuno ressaltar, ademais, que uma das principais reivindicações dos camponeses durante a revolução de 1917 foi demanda de distribuição de terras.

Sugestões políticas para o momento atual

As observações que até aqui foram realizadas sobre o campesinato no período que precedeu a Revolução Russa de 1917, assim como durante essa revolução, e as sugestões políticas que irão se expor para o momento atual levaram em consideração contextos sociais bastante diversos e, inclusive, classes e lutas sociais muito distintas entre si, apesar de se denominarem, amplo senso, campesinatos e burguesias. Isso significa, ademais, que as correlações de forças dos campesina-

tos com relação às classes dominantes foram muito distintas (mesmo que se considerasse apenas as frações da burguesia). Foram várias, também, as formas de lutas dos camponeses. Elas são particulares devido aos contextos históricos e sociais onde se verificaram, mas registraram causas muito similares entre si.

Desde sempre os camponeses foram considerados como ‘subalternos’. Seja durante o feudalismo como servos da gleba seja na atualidade, na formação econômica e social presente no Brasil, onde nos mais diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas sob a hegemonia e dominação do modo de produção capitalista, os camponeses, mesmo com acesso à terra, ainda têm sido considerados como “povos sem destinos”. No modo de produção feudal a perspectiva dos camponeses após a sua emancipação como servos (1861) era a de permanecer prestando serviços nas terras dos nobres ou comprar a sua libertação devido à servidão por dívida. No contexto capitalista foi e tem sido ‘sentir-se livre’ em mercados oligopsonicos.

Ainda que nesses contextos históricos houvesse, por parte dos camponeses, ideologicamente a ilusão da conquista da libertação

das subalternidades, eram contextos onde os processos de hegemonia e dominação eram distintos entre si, seja na servidão feudal, seja nas suas mais variadas maneiras de inserção na formação econômica e social, sob a dominação do modo de produção capitalista.

Não resta dúvida que apesar do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades contemporâneas em todo o mundo (quicá mesmo naquelas que praticaram o socialismo real) ainda perdurava em 1917 (perdura até hoje), ao menos subliminamente, as questões colocadas, em 1881, por Vera Zasulich a Marx, sobre a possibilidade de desenvolvimento da comuna rural russa; seria ela dissolvida ou não pela expansão do capitalismo? Se essa questão anterior ainda for considerada pertinente para os dias atuais, tudo levará a crer que se deverá tratar os camponeses no Brasil, ao menos os setores sociais mais progressistas, como sujeitos históricos capazes de assumirem a oferta de alimentos básicos para atender a demanda da população brasileira e, se possível, para a exportação. E mais: considerar os camponeses como classe social já que, além das particularidades econômicas que o caracterizam como tal, possuem ou tem ao seu dispor, social e politicamente, instituições (históricas) de representação de interesses que vão muito além dos sindicatos oficiais.

Ora, não é de se surpreender que os camponeses, no Brasil e em diversas outras partes do mundo, nas suas lutas por acesso à terra rural produtiva e ou à reforma agrária sigam, conscientes ou não, as práticas de acesso à terra agrícola que os camponeses russos, há mais de cem anos atrás, já exercitavam.

*Exposição no Seminário “Construção histórica da pedagogia socialista. O legado da revolução russa de 1917 e os desafios atuais”.
**Agrônomo e assessor da Via Campesina Brasil.

CERRADO

Cerrado de Balsas, no Maranhão, acolhe comunidades de nove estados

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO CERRADO*

“Romaria da Terra faz o povo reunir, numa luta sem guerra, nós lutaremos por ti (...)”. Ao som desse e de outros cânticos, a equipe de animação acolhia as caravanas que chegavam ao Centro de Formação Nossa Senhora de Guadalupe, no município de Balsas, no Maranhão, para o Encontro dos Povos e Comunidades do Cerrado e 1ª Romaria Nacional do Cerrado, realizados entre os dias 27 e 30 de setembro. O espaço recebeu, ao longo desses dias, cerca de 700 mulheres, homens, jovens e crianças, oriundos dos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Tocantins e do próprio Maranhão.

Algumas viagens de ônibus, como a da caravana de Minas Gerais, duraram cerca de 48 horas, outras um pouco menos, mas sempre terminam com boas histórias. A caravana de Correntina (BA), por exemplo, viajou por cerca de 20 horas. “Nós viemos cantando, conversando. O bacana foi que todo mundo partilhou a comida que tinha, tudo feito nas comunidades”, contou Altair Almeida. Já Daiane Pereira, 16, da comunidade Ribeirão das Pedras Acima (MT), falou sobre a paisagem durante o percurso. “A parte triste é que nós vimos pelo caminho muito desmatamento, queimadas, rios já secos, animais mortos. Ver o Cerrado assim nos tira do sério”, ressaltou.

Abertura – Era noite, por volta das 19 horas do dia 27, quando teve início a celebração de abertura do encontro, realizada no campo de futebol do Colégio Pio X. Ao som da canção “entra na roda com a gente, você também é muito importante”, as pessoas formaram uma grande roda, que logo extrapolou os limites do campo. Foi uma celebração, sobretudo, da vida que resiste aos conflitos e impactos que atingem diariamente o Cerrado e as pessoas que ali vivem.

Lourdes Francisco, atingida por barragem no norte de Minas Gerais, falou, na mesa de abertura, sobre o processo



Foto: Mídia Ninja

de expulsão de famílias promovido pela empresa Vale que, segundo ela, é responsável por grilar terras em sua comunidade. Altamiran Ribeiro, membro da CPT no Piauí, conclamou as/os participantes a somarem forças à Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, promovida por 50 organizações, entre elas a CPT.

Para finalizar, Dom José Valdeci, bispo da Diocese de Brejo (MA), ressaltou a importância das pastorais e organismos, que têm o papel de apoiar a luta das comunidades tradicionais por seus territórios e pelo Cerrado, “estando juntos com estes irmãos e irmãs, nas lutas em defesa da vida, em defesa da criação, como nos fala o papa Francisco”.

Experiências – No dia seguinte, a atividade “Partilhando Vida e Resistência no Cerrado” girou em torno das 15 experiências de lutas e resistências das comunidades, que foram desde o “Movimento Comunitário Urbano – Um dia pelo planeta”, em Goiás, ao processo organizativo da Articulação Camponesa do Tocantins.

Alternativa de produção saudável e de enfrentamento ao agronegócio, a agroecologia foi uma das temáticas abordadas durante as apresentações. “Resgatar as sementes crioulas não se reduz ao grão, é todo um legado cultural e tradicional que

quase foi destruído pela chamada ‘revolução verde’, que justificou e empoderou o agronegócio”, pontuou Neri Mialho, do Fórum Rotativo Solidário de Jangada (MT). Coordenadora da CPT Nordeste II e assessora do encontro, Vanúbia Martins frisou que a agroecologia é um processo de equilíbrio, de construção coletiva e, principalmente, de amor.

Juventude – A tarde do dia 29 foi marcada pelo ‘Encontro da Juventude: Jovens articulados na Defesa do Cerrado’. Dezenas de jovens, ainda que oriundos de diferentes estados, estavam unidos pelo fato de compartilharem preocupações e anseios: todas e todos estavam ali para defender seu lar, o Cerrado, e, assim, pensar estratégias para garantir seu futuro e o das próximas gerações. “Nosso Cerrado está sendo destruído, então não tínhamos como não reagir. Por isso, começamos a cultivar mudas nativas para trabalhar com reflorestamento, mas também fazemos um trabalho de conscientização nas comunidades”, contou Jaime Lima, de Santa Filomena (PI).

Ao final do encontro, nasceu a Carta da Juventude reunida na 1ª Romaria Nacional do Cerrado. Dentro os pontos elencados no documento, destacamos: “Deve-se garantir que as organizações, movimentos sociais, pastorais, comunida-

des e povos no momento da construção e efetivação de seus projetos atendam às demandas levantadas pelas juventudes considerando os diferentes espaços e costumes em que estamos inseridos e que isso não se torne um tema transversal”.

Romaria – Após o término do Encontro da Juventude, romeiros e romeiras do Cerrado saíram rumo a Praça da Liberdade, em Balsas, local onde ocorreu a concentração para a 1ª Romaria Nacional do Cerrado, cujo tema foi “Cerrado: os povos gritam por água e território livres”, e lema “Bendita és tu, ó Mãe Água, que nasces e corres no coração do Cerrado, alimentando a vida”. Para animar o povo, ao longo de toda a noite e madrugada muitas canções populares, roda de tambor de crioula, forró, e também roda de capoeira.

Com o objetivo de denunciar os conflitos e as mortes no campo brasileiro, os/as participantes foram orientados/as a trazerem cruzeiros de suas casas, que foram utilizadas no início da celebração e durante a Romaria. Na manhã de sábado, 30, o povo saiu em caminhada pelas principais vias da cidade. A primeira parada ocorreu no perímetro urbano da rodovia Transamazônica, que ficou fechada nos dois sentidos por cerca de uma hora. Confira dois trechos extraídos da Carta Final do Encontro dos Povos e da Romaria:

“Não abrimos mão de nossos direitos e os queremos de volta. Respeitamos o Estado se respeita nossos direitos, o combatemos se não os respeita, mas visamos sempre a superação deste Estado, por natureza, classista e excludente, golpista quando convém, ainda que na aparência ‘democrático’”.

“Com força de Deus – o de Jesus, os Encantados e os Orixás – fortalecemos nossas consciências, identidades e sentimentos de pertença e formamos nossas famílias e comunidades a partir da nossa prática cotidiana e de luta permanente”.

*Formado há 2 anos, o coletivo doa seu trabalho à Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e ao Povo



2ª Missão Internacional de Solidariedade da Via Campesina com a Colômbia

De 21 a 27 de novembro de 2017, uma delegação internacional da Via Campesina participou da 2ª Missão Internacional de Solidariedade com a Colômbia. Esta atividade é parte do movimento de garantia para implementar, verificar e referendar o Acordo de Paz, junto com a União Europeia, a FAO e o PNUD.

No desenvolvimento da missão, estiveram presentes 25 delegados da América Latina, Europa, África e Ásia, incluindo países como Argentina, Chile, Paraguai, Brasil, Bolívia, Venezuela, Perú, Equador, Panamá, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, França, Espanha, Suíça, Bélgica, Coreia, Filipinas, Indonésia, Mali e Senegal.

Conheça os objetivos da Missão: monitorar o desenvolvimento do primeiro ponto de acordo de paz e o estado de sua implementação em nível nacional; revisar a articulação das organizações CLOC – Via Campesina Colômbia em nível nacional e sua capacidade de resposta ante o cenário de descumprimento aos múltiplos acordos e pactos afirmados; avaliar a situação de Direitos Humanos em nível territorial e verificar as garantias de proteção aos líderes sociais para exercer seus direitos e funções no desenvolvimento da implementação; verificar as ações afirmativas na execução das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Propriedade da Terra, da Pesca e dos Bosques por parte do Governo da Colômbia no marco da implementação dos acordos de paz; articular relacionamentos institucionais, que permitam gestar ações conjuntas e positivas no marco da plataforma estabelecida pela Via Campesina Internacional; e estabelecer a dinâmica dos Comitês de Acompanhamento da implementação e seu papel cidadão para dar seguimento, monitoramento e verificação ao acordo.

(Fonte: Via Campesina).

Fidel e a Revolução

Lançamento recente da editora Expressão Popular, em novembro de 2017, no marco do 1 ano da morte do revolucionário, o livro “Fidel e a Revolução” narra e revive o legado e a trajetória do responsável pela Revolução Cubana. Nascido em 1926, o comandante-chefe de Cuba, Fidel Castro, faleceu no dia 25 de novembro de 2016. A proposta do livro é, por meio das palavras de Fidel, recapitular a Revolução e o papel do comandante; compreender o que efetivamente é um processo revolucionário em todo seu conteúdo e variáveis; além de discorrer sobre o aprendizado que o contexto histórico daquela época representa para todas as lutas em desenvolvimento no país.

Judite Santos é historiadora, membro do coletivo de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e uma das responsáveis pela compilação dos discursos de Fidel para o livro. Para ela, os ensinamentos da tra-

jetória de Fidel continuam vivos até os dias de hoje. “O heroísmo do povo cubano fornece essa mística necessária para a gente seguir buscando cada vez mais e entender o processo da revolução cubana, inclusive, no processo de resistência das lutas latinoamericanas. Acho que a Revolução Cubana tem muito a nos ensinar, principalmente no nosso contexto atual, do nosso continente, do nosso país, o caso do Brasil, de ofensivas da direita”, diz Santos.

(Fonte: Brasil de Fato).



Brasileiros protagonizam conflitos agrários no Paraguai

O portal De Olho nos Ruralistas desenvolveu uma série especial de reportagens intitulada “De Olho no Paraguai”, com o objetivo de destacar os conflitos agrários naquele país, onde fazendeiros brasileiros assumem a centralidade. A reportagem registra que os anos 2010 têm casos de despejos, expulsão de indígenas, repressão, feridos e mortos envolvendo proprietários brasileiros.

Os conflitos agrários no Paraguai são antigos e têm origem no processo de privatização das Estâncias de la Patria. Durante os anos 70 e 80, os conflitos se intensificaram com a transferência de terras originalmente destinadas à reforma agrária para as mãos de aliados do ditador Alfredo Stroessner. Muitas dessas terras foram vendidas ou arrendadas para colonos brasileiros.

Mas foi em 2011 que os conflitos agrários no Paraguai ganharam nova escala, com o caso de Ñacunday. No departamento de Alto Paraná, a 70 quilômetros de Ciudad del Este, na Tríplice Fronteira, organizações camponesas ocuparam 28 mil hectares de uma propriedade pertencente à empresa Agro Toro S.A., do Grupo Favero – de Tranquilo Favero, o



Foto: De Olho nos Ruralistas

empresário e megalatufundiário brasileiro. Os camponeses foram despejados em fevereiro de 2012.

A partir de Ñacunday as ocupações camponesas tornaram-se uma estratégia difundida de luta pela reforma agrária. A reação a elas também se tornou mais agressiva por parte do Estado e dos latifundiários. Em 15 de junho de 2012, uma dessas repressões resultou em 17 mortes: 11 camponeses e 6 policiais.

Cerca de 300 policiais armados, apoiados por helicópteros, entraram no assentamento Marina Kue, no distrito de Curuguaty, departamento de Canindeyú. Os 2 mil hectares pertenciam à Marinha,

mas eram reivindicados pela empresa Campos Morombí, do líder do Partido Colorado, Blas Riquelme. O “massacre de Curuguaty” foi o pior entre os conflitos agrários na história recente do Paraguai. Um estudo da Base Investigaciones Sociales mostra que, entre 2013 e 2015, foram registrados 43 conflitos. Ao todo, 273 camponeses sem-terra foram detidos e outros 460 sofreram processo judicial.

Destes, 39 foram condenados. A pesquisa também constatou que 87 pessoas foram feridas ou torturadas por policiais ou agentes de segurança privada contratados por fazendeiros. Em 16 casos houve destruição de bens, incluindo incêndio em casas e plantações.

A região de fronteira com o Brasil concentra a maior parte das ocorrências: 32% em Canindeyú, 28% em San Pedro e 12% em Alto Paraná. Dos 52.863 hectares em disputa nesses conflitos, 56,5% pertencem a particulares, sendo que mais de 60% das terras disputadas estão nas mãos de estrangeiros, sobretudo brasileiros.

(Fonte: De Olhos nos Ruralistas).

Massacre em Tumaco pelas mãos das forças policiais



Foto: Alba TV

As terras ao longo das veredas dos rios Mira, Nulpe e Mataje, em Tumaco, na Colômbia, registraram cenas de um ataque de 500 policiais contra manifestantes que protestavam contra o uso de cultivos de uso ilícito e se encontravam

na zona de Alto Mira, na vereda de Puerto Rico. De acordo com informação da Asociación de Juntas de Acción Comunal de los ríos Nulpe y Mataje (Asominuma) foram 14 pessoas mortas, mais de uma dezena de feridos e um menor de idade desaparecido.

Em comunicado, a Asominuma declarou que as forças públicas fizeram amplo uso de armas de fogo, disparando de forma indiscriminada contra os manifestantes, que iniciaram seu protesto no final de setembro, exigindo o cumprimento dos acordos de substituição de cultivos ilícitos como se havia pactuado com o governo no marco dos acordos de paz de La Havana.

Apesar disso, o Exército Nacional

e a Polícia Nacional comunicaram que as pessoas foram mortas por causa da explosão de cilindros de bombas lançadas por um grupo armado identificado como GOA, que seria dissidente das FARC. Os camponeses negam esta versão, pois não há registros de pessoas feridas por este tipo de explosão, muito menos militares ou policiais feridos. Além disso, detonações de bombas causariam ainda mais danos visíveis. As comunidades estão buscando por ações de organizações internacionais e a presença de autoridades para que se garanta a vida e a segurança às comunidades que ali habitam. Há um documento de Comunicado Alto Mira y Frontera no seguinte link: <http://bit.ly/2z2X0cZ>

PÁGINA BÍBLICA

A mística de Jesus

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada, Sandro começou a comentar as Bem-aventuranças. Com muita segurança alertava para dificuldades com a tradução da primeira bem-aventurança. Comumente aparece a tradução de Felizes os pobres em espírito e ele mostrou que a verdadeira tradução do texto grego deve ser “*Felizes os pobres no Espírito*”. Espírito refere-se ao Espírito Santo. Os pobres no Espírito são aqueles que tem o Espírito Santo consigo, que obedecem ao Espírito Santo e por isso vão à luta. Os pobres no Espírito são bem-aventurados, são felizes *porque deles é o Reino dos céus*, como também os perseguidos por causa da justiça, são felizes porque *deles também é o Reino dos Céus*. Daí um recado que Sandro deixa: “Gostaria de dizer aos religiosos que o voto de pobreza é o compromisso público, diante da comunidade de ser perseguidos por causa da justiça”.

Vamos acompanhar a reflexão: Uma coisa mais. Vocês notaram que o tempo do verbo usado nestas duas afirmações é o tempo presente, hoje, já. O Reino não é algo somente futuro. Hoje, já, vive através dos que como Jesus Cristo, como os pobres no Espírito, buscam a justiça sem medo de serem perseguidos.

Mas, o que é a JUSTIÇA?

Vamos ver o resto do texto que está dentro deste quadro:

Felizes os que choram porque serão consolados;

Felizes os pequenos porque possuirão a terra;

Felizes os que tem fome e sede de justiça porque serão saciados;

Felizes os misericordiosos porque alcançarão misericórdia;

Felizes os puros de coração porque verão a Deus;

Felizes os que trabalham pela paz porque serão chamados filhos de Deus”.

Todas as demais bem-aventuranças estão no tempo futuro, ainda não estão presentes hoje, porque os que choram não estão sendo consolados, os pobres não possuem a terra. Também não são saciados os que têm fome e sede de justiça.

Tudo continua no futuro, depois de dois mil anos!

Justiça é a luta que o pobre, movido pelo Espírito, desenvolve para

que este futuro, não sei quando, chegue devagarinho a ser presente.

É o nosso “projeto”, o de Jesus.

Justiça é lutar movidos pelo Espírito para que os que choram sejam de fato consolados, para que os que têm fome de justiça sejam de fato saciados, para que os misericordiosos, alcancem de fato a misericórdia, para que os pobres, os mansos possuam de fato a terra.



somos falsos profetas. O verdadeiro profeta sempre é perseguido.

Jesus incorpora a cruz em seu projeto e a oferece não como um acidente eventual, porque a perseguição não é um acidente que pode ou não acontecer, mas é parte integrante da opção.

Seguir a Jesus é ter a certeza profunda de que o Reino dos Céus, o Reino de Deus, um dia será realidade. Mas, não por ser uma utopia nossa, um desejo, ou um sonho irrealizável; mas que acontece porque o Reino de Deus já é de alguns de nós, dos que buscam a justiça.

Uma camponesa de Macapá explicava esse texto assim: é como a mulher grávida, o filho ainda não nasceu, mas ela sabe que vai nascer porque há vida dentro dela. Que vai nascer, vai! Não sei como vai ser, mas sei que vai nascer.

Só não nasce se nós o abortarmos deixando de crer e de obedecer ao Espírito.

Nós somos como Maria, como a comunidade de Pentecostes, estamos grávidos pelo Espírito que já nos fecundou. O Reino algum dia vai nascer porque já está em nós.

Esta é a mística de Jesus, a que o levou a morrer.

Muitas vezes Jesus fala em *vencer o medo da morte e de devolver a missão do Reino aos pobres*. No momento em que o pobre afasta o medo de seu coração, pode. Esta é a força transformadora.

Procurem no Evangelho quantas vezes Jesus diz “*não tenham medo*”. Disse isto muitas vezes, até no discurso final antes de ser levado preso para ser condenado à morte.

A última palavra de Jesus aos seus foi: “*Coragem, Eu venci o mundo*”(Jo 19,33). E estava prestes a ser assassinado.

Essa é a mística de Jesus e ela que deve penetrar no coração das primeiras comunidades, porque só com esta mística pode-se andar pelo caminho da justiça, pelo caminho da fraternidade e da solidariedade, sem medo. A novidade de Jesus foi a de ensaiar o Reino.

E isso, sabendo que vamos ser perseguidos! Quando o pobre descobre este projeto, e obedece ao Espírito e luta pela justiça, tem certeza de que será perseguido.

Por que? Porque o sistema que ainda hoje está vigente, não quer que este futuro seja presente, não quer a justiça. Não quer consolar os que choram, nem dar a terra aos pequenos, nem saciar a fome de justiça de tanta gente.

Por isso a mística da perseguição é parte integrante da proposta de Jesus aos pobres.

“*Felizes os que são perseguidos por causa da justiça. Ai de vocês, se não sofrem perseguição*”(Lc 6, 26).

O teste de fidelidade ao projeto de Jesus, ao Espírito Santo, à justiça, é a perseguição.

Muitos aplausos é sinal de que

Cultura

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

Num momento em que

- o direito dos pobres é coberto por enxurradas de lama;
- a aridez do deserto invade mentes e corações;
- sonhos são interditados

Nós celebramos este NATAL sem TEMER trovões e tempestades, pois ACREDITAMOS que

“crescerão flores nas terras secas; cheio de flores, o deserto cantará de alegria”, Is. 35,1

A CPT espera que você se junte a nós nesta celebração!

Feliz Natal a todos e todas e um excelente 2018!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA